



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE NUTRIÇÃO**

LILIANE DE NAZARÉ MELO DIAS

**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

BELÉM-PA

2022

LILIANE DE NAZARÉ MELO DIAS

**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Bacharel em Nutrição pela
Universidade Federal do Pará.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Andrea das Graças
Ferreira Frazão

BELÉM-PA

2022

LILIANE DE NAZARÉ MELO DIAS

**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal do Pará.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Andrea das Graças Ferreira Frazão
(Orientadora)

Profa. Dra. Luisa Margareth Carneiro da Silva;
(Membro Titular)

Profa. M.Sc. Ana Lúcia Rezende
(Membro Titular)

Nutricionista M.Sc. Jucilene Magalhães Alves Sousa
(Membro Suplente)

Dedico este trabalho a meus pais e meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus meu sustento e meu guia por toda vida, aquele que me sustentou durante essa jornada.

Aos meus pais, Eliane e Gonçalo, por todo apoio e incentivo, por me ajudarem incessantemente durante esses anos, não deixando eu fracassar em momento algum.

Ao meu irmão, por toda força e incentivo.

À minha orientadora por toda paciência e disponibilidade que teve comigo.

À todas as famílias que participaram da pesquisa.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste sonho.

Muito obrigada.

“Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”

(Hipócrates)

RESUMO

Introdução: A pandemia de Covid-19 impactou a forma de execução da alimentação escolar em comunidades quilombolas. **Objetivo:** Descrever a distribuição e composição de kits da alimentação escolar no período pandêmico em uma comunidade quilombola no estado do Pará. **Metodologia:** Estudo transversal, descritivo, com 26 famílias residentes em uma comunidade quilombola, localizada no município de Moju-PA, no período de novembro a dezembro/2021. **Resultados:** Participaram do estudo 26 famílias quilombolas que foram atendidas com 04 distribuições de kits no período estudado. Quanto a composição dos kits, de acordo com a classificação do Guia alimentar para a população brasileira, houve predomínio de alimentos in natura ou minimamente processados (64%), porém não contemplaram o hábito alimentar da comunidade. Em relação as características sociodemográficas das famílias entrevistadas 84,6% informaram de 1 a 5 pessoas residindo na casa, com predomínio de homens (52%), maior frequência nas faixas etárias de 1 a 10 anos (28,9%) e de 11 a 20 anos (26,4%) e ensino fundamental completo (52,9%). Quanto a renda mensal familiar, 77% das famílias recebiam menos de um salário mínimo e 84,6% eram beneficiárias de programa de transferência de renda. **Conclusão:** As famílias quilombolas têm prevalência de pessoas do sexo masculino, com baixa escolaridade e baixa renda. Os kits distribuídos foram predominantemente compostos de alimentos in natura ou minimamente processados, com ausência de oferta de frutas, legumes e verduras, e não respeitou a cultura e os hábitos alimentares das famílias.

Palavras-chaves: Alimentação Escolar; Políticas Públicas; Populações Tradicionais.

ABSTRACT

Introduction: the covid-19 pandemic impacted the way school feeding was run in quilombola communities. **Objective:** to describe the distribution and composition of school feeding kits in the pandemic period in a quilombola community in the state of Pará. **methodology:** cross-sectional, descriptive study with 26 families living in a quilombola community, located in the municipality of moju-pa, from november to december/2021. **Results:** twenty-six quilombola families participated in the study, which were assisted with 04 distributions of kits in the period studied. regarding the composition of the kits, according to the classification of the food guide for the brazilian population, there was a predominance of fresh or minimally processed foods (64%), but did not contemplate the community's eating habits. but they did not contemplate the community's eating habits. regarding the sociodemographic characteristics of the interviewed families, 84.6% reported 1 to 5 people living in the house, with a predominance of men (52%), higher frequency in the age groups of 1 to 10 years (28.9%) and 11 to 20 years (26.4%) and complete elementary education (52.9%). regarding monthly family income, 77% of families received less than one minimum wage and 84.6% were beneficiaries of an income transfer program. **Conclusion:** Quilombola families have a prevalence of male people, with low schooling and low income. The kits distributed were predominantly composed of fresh and minimally processed foods, with no fruit and vegetables, and did not respect the eating habits of families.

Keywords: School food; Public policy; Traditional populations

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MATERIAL E MÉTODOS	11
2.1 TIPO E LOCAL DO ESTUDO.....	11
2.2 COLETA DE DADOS.....	11
2.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	11
2.4. ASPECTOS ÉTICOS	11
3 ARTIGO CIENTÍFICO.....	13
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira, sendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o maior e mais antigo programa de alimentação do governo Federal na rede de segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (BRASIL, 2009). Ademais, o PNAE tem uma preocupação específica com dois grupos populacionais tradicionais importantes, os povos indígenas e quilombolas, onde está previsto no §3º do Art. 17 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020: “Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.” (BRASIL, 2020)

As comunidades remanescentes de quilombos são constituídas por grupos étnico-raciais que retratam a ancestralidade negra, com caminhos históricos próprios e ligações socioterritoriais específicas (BRASIL, 2003). Os quilombolas são comunidades tradicionais, e vivem através de formas produtivas baseados, principalmente, na cultura de subsistência, onde há pouca ou nenhuma concentração de riqueza (BRANDÃO; JORGE, 2013). O processo de escravidão e a forma de sua libertação trouxeram consequências históricas que tem impactado o acesso a bens e serviços, sendo fatores que condicionam situações de insegurança alimentar (OLIVEIRA e SILVA et al 2008).

De forma geral, as comunidades quilombolas se encontram em ambientes desfavorecidos, com falta de saneamento básico, pouco acesso à educação e aos atendimentos em saúde, com baixo fornecimento de água potável e em risco alimentar e nutricional (ARAÚJO et al., 2019). Nesse contexto, a alimentação escolar caracteriza-se como uma importante estratégia de redução do risco de insegurança alimentar e nutricional nessas comunidades.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em todo o mundo o estado de emergência em saúde pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2 (WHO, 2020). No Brasil essa declaração ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020). O Ministério da Saúde através da portaria MS nº 356, deliberou medidas de isolamento social e quarentena, desta forma, levando a suspensão em caráter temporário do período letivo nas unidades da Federação, visando então a urgência de medidas de prevenção, controle e contenção, a fim de evitar disseminação da doença e os riscos e agravos à saúde pública (BRASIL, 2020).

Além da calamidade sanitária, a pandemia acarretou diversas consequências sociais graves, sendo cada vez mais evidente a miséria e fome, refletindo assim no aumento de

pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, evidenciando as desigualdades sociais (BICALHO e LIMA,2020). Em decorrência das medidas de isolamento social no Brasil, as atividades escolares foram suspensas, ficando prejudicada a oferta da alimentação no ambiente escolar, colocando desta forma muitos estudantes em situação de insegurança alimentar. (PORTAL, VIEIRA e CANTO, 2021).

Diante desse cenário, dia 7 de abril de 2020 foi publicada a Lei nº 13.987, que autorizou em caráter excepcional, durante o período de suspensão das atividades escolares em razão da pandemia de covid-19, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2020).

A partir disso, propõe-se esse estudo que tem como objetivo descrever a distribuição e a composição de kits da alimentação escolar no período pandêmico em uma comunidade quilombola no estado do Pará.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1. TIPO E LOCAL DO ESTUDO

Estudo transversal, descritivo, realizado na comunidade quilombola São Bernardino, localizada na comunidade Remanescente de Quilombo São Bernardino, território de Jambuaçu-PA, no município de Moju, no período de novembro a dezembro/2021.

2.2. Coleta de dados

Os dados coletados referem-se à composição de kits de alimentos entregues às famílias de estudantes através da aplicação de questionário estruturado (APÊNDICE A), abordando as variáveis sociodemográficas das famílias, a composição dos kits alimentares e as preferências alimentares em relação aos alimentos contidos nos kits. A participação no estudo foi voluntária e com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). Foram incluídas no estudo famílias com alunos matriculados no ensino infantil e fundamental contempladas com os kits escolares no período de abril/2020 a dezembro/2021. As famílias que não receberam os kits e/ou que não concordaram em assinar o TCLE não foram incluídas na pesquisa.

2.3. Análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados a partir de números absolutos e relativos e foram sistematizados e agrupados em tabelas e gráficos. Para a análise qualitativa dos alimentos constantes nos kits adotou-se o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), que classifica os alimentos em quatro categorias definidas de acordo com o tipo de processamento empregado em sua produção, sendo: alimentos in natura ou minimamente processados, alimentos processados, ultraprocessados e aditivos que são os óleos, gorduras, sal e açúcar.

2.4. ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA), sob o parecer nº 3.738.979. Os participantes foram informados, em linguagem acessível, sobre os objetivos do estudo, as estratégias de coleta de dados, a confidencialidade das respostas repassadas, o direito a recusar ou retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, especialmente na fase de coleta de dados e divulgação dos resultados, garantindo também a preservação da identidade

dos participantes. Após os esclarecimentos prestados foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

O presente trabalho será apresentado em formato de artigo científico, o qual será submetido à revista: Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.

3 ARTIGO CIENTÍFICO

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

SCHOOL FEEDING IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC OF COVID-19 IN A QUILOMBOLA COMMUNITY

Liliane de Nazaré Melo Dias, Discente, UFPA, liliane.dias@ufpa.br

Andréa das Graças Ferreira Frazão, Doutora, UFPA, deabrelaz@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira, sendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o maior e mais antigo programa de alimentação do governo Federal na rede de segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (BRASIL, 2009). Ademais, o PNAE tem uma preocupação específica com dois grupos populacionais tradicionais importantes, os povos indígenas e quilombolas, onde está previsto no §3º do Art. 17 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020: “Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.” (BRASIL, 2020)

As comunidades remanescentes de quilombos são constituídas por grupos étnico-raciais que retratam a ancestralidade negra, com caminhos históricos próprios e ligações socioterritoriais específicas (BRASIL, 2003). Os quilombolas são comunidades tradicionais, e vivem através de formas produtivas baseados, principalmente, na cultura de subsistência, onde há pouca ou nenhuma concentração de riqueza (BRANDÃO; JORGE, 2013). O processo de escravidão e a forma de sua libertação trouxeram consequências históricas que tem impactado o acesso a bens e serviços, sendo fatores que condicionam situações de insegurança alimentar (OLIVEIRA e SILVA et al 2008).

De forma geral, as comunidades quilombolas se encontram em ambientes desfavorecidos, com falta de saneamento básico, pouco acesso à educação e aos atendimentos em saúde, com baixo fornecimento de água potável e em risco alimentar e nutricional (ARAÚJO et al., 2019). Nesse contexto, a alimentação escolar caracteriza-se como uma importante estratégia de redução do risco de insegurança alimentar e nutricional nessas comunidades.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em todo o mundo o estado de emergência em saúde pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2 (WHO, 2020). No Brasil essa declaração ocorreu por meio

do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020). O Ministério da Saúde através da portaria MS nº 356, deliberou medidas de isolamento social e quarentena, desta forma, levando a suspensão em caráter temporário do período letivo nas unidades da Federação, visando então a urgência de medidas de prevenção, controle e contenção, a fim de evitar disseminação da doença e os riscos e agravos à saúde pública (BRASIL, 2020).

Além da calamidade sanitária, a pandemia acarretou diversas consequências sociais graves, sendo cada vez mais evidente a miséria e fome, refletindo assim no aumento de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, evidenciando as desigualdades sociais (BICALHO e LIMA, 2020). Em decorrência das medidas de isolamento social no Brasil, as atividades escolares foram suspensas, ficando prejudicada a oferta da alimentação no ambiente escolar, colocando desta forma muitos estudantes em situação de insegurança alimentar. (PORTAL, VIEIRA e CANTO, 2021).

Diante desse cenário, dia 7 de abril de 2020 foi publicada a Lei nº 13.987, que autorizou em caráter excepcional, durante o período de suspensão das atividades escolares em razão da pandemia de covid-19, a distribuição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2020).

A partir disso, propõe-se esse estudo que tem como objetivo descrever a distribuição e a composição de kits da alimentação escolar no período pandêmico em uma comunidade quilombola no estado do Pará.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1. TIPO E LOCAL DO ESTUDO

Estudo transversal, descritivo, realizado na comunidade quilombola São Bernardino, localizada na comunidade Remanescente de Quilombo São Bernardino, território de Jambuaçu-PA, no município de Moju, no período de novembro a dezembro/2021.

2.2. Coleta de dados

Os dados coletados referem-se a composição de kits de alimentos entregues às famílias de estudantes através da aplicação de questionário estruturado (APÊNDICE A), abordando as variáveis sociodemográficas das famílias, a composição dos kits alimentares e as preferências alimentares em relação aos alimentos contidos nos kits. A participação no estudo foi voluntária e com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). Foram incluídas no estudo famílias com alunos matriculados no ensino infantil e fundamental contempladas com os kits escolares no período de abril/2020 a

dezembro/2021. As famílias que não receberam os kits e/ou que não concordaram em assinar o TCLE não foram incluídas na pesquisa.

2.3. Análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados a partir de números absolutos e relativos e foram sistematizados e agrupados em tabelas e gráficos. Para a análise qualitativa dos alimentos constantes nos kits adotou-se o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), que classifica os alimentos em quatro categorias definidas de acordo com o tipo de processamento empregado em sua produção, sendo: alimentos in natura ou minimamente processados, alimentos processados, ultraprocessados e aditivos que são os óleos, gorduras, sal e açúcar.

2.4. ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA), sob o parecer nº 3.738.979. Os participantes foram informados, em linguagem acessível, sobre os objetivos do estudo, as estratégias de coleta de dados, a confidencialidade das respostas repassadas, o direito a recusar ou retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, especialmente na fase de coleta de dados e divulgação dos resultados, garantindo também a preservação da identidade dos participantes. Após os esclarecimentos prestados foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas com 26 famílias quilombolas. No período do estudo (março/2020 a novembro/2021), foram realizadas 04 distribuições totalizando 121 indivíduos, atendidos com o fornecimento dos Kits de alimentos.

Em relação as características sociodemográficas das famílias entrevistadas (Quadro 1), verifica-se que 84,6% possuíam de 1 a 5 pessoas residindo na casa, com predomínio de pessoas do sexo masculino (52%), maior frequência nas faixas etárias de 1 a 10 anos (28,9%) e de 11 a 20 anos (26,4%) e ensino fundamental completo (52,9%). Quanto a renda mensal, 77% das famílias informaram receber menos de um salário mínimo e 84,6% estavam incluídas em programa de transferência de renda.

Quadro 1- Caracterização Sociodemográficas das Famílias

Caracterização Sociodemográficas das Famílias	Frequência	Percentual (%)
---	------------	----------------

Quantidade de membros na família		
1-5	22	84,6
6-10	4	15,4
Sexo		
Feminino	58	48,0
Masculino	63	52,0
Idade		
1-10	35	28,9
11-20	32	26,4
21-30	20	16,5
31-40	22	18,1
41-50	10	8,26
51-60	2	1,84
Escolaridade		
Sem escolaridade	15	12,4
Jardim I, II, III	9	7,4
Fundamental	64	52,9
Ensino médio	31	25,6
Superior	2	1,7
Renda Mensal		
Menos de 1 salário mínimo	20	77,0
1 salário mínimo	4	15,3
Mais de 1 salário mínimo	2	7,7
Beneficiário de programa de transferência de Renda		
Sim	22	84,6
Não	4	15,4

Fonte: Pesquisa de campo

Constatou-se que a faixa etária com maior incidência foi de quilombolas de 1 a 10, e com prevalência do sexo masculino, coincidindo com achados de Teles et al(2020), realizado em comunidades quilombolas, porém com pouca diferença no quantitativo, apontando um equilíbrio entre os gêneros. Em relação à faixa etária, onde as crianças são a maioria, vai ao contrário dos resultados de outras pesquisas onde a população adulta prevalece, o grande

número de crianças demonstra o crescimento da população quilombola (TELES et al.,2020; FREITAS et al.,2018).

Quanto a escolaridade observou-se baixos níveis na comunidade, predominando o Ensino Fundamental. A baixa escolaridade ainda é uma condição presente em comunidades quilombolas, principalmente na zona rural (FREITAS et al.,2018; ARAÚJO et al.,2019). Outro aspecto importante que dificulta o acesso ao ensino médio e superior é o fato de que a comunidade possui apenas uma escola, sendo esta de ensino infantil e fundamental, dessa forma aqueles que pretendem continuar estudando são obrigados a se deslocar para Casa Família Rural, localizada em uma comunidade vizinha ou se locomover para outros centros urbanos, como o município de Moju ou a própria capital Belém.

Com relação à renda familiar, 77% das famílias relataram renda mensal inferior a um salário mínimo e apenas 7,7% das famílias teriam renda acima de 1 salário mínimo, A baixa escolaridade pode ser um dos fatores que levam a busca de empregos com baixa remuneração, o que interfere no rendimento da família, além de dificultar o acesso da população a saúde e demais serviços (FREITAS et al., 2018).

A baixa renda é um dos fatores que contribui para que 84,6% das famílias entrevistadas estivessem contempladas pelo Programa Bolsa Família no momento da pesquisa. Em outro trabalho realizado com comunidades quilombolas, os autores mostraram que a principal renda familiar da população estudada era o recebimento de aposentadoria e do programa bolsa família (TELES et al.,2020).

Alimentação Escolar no contexto da Pandemia

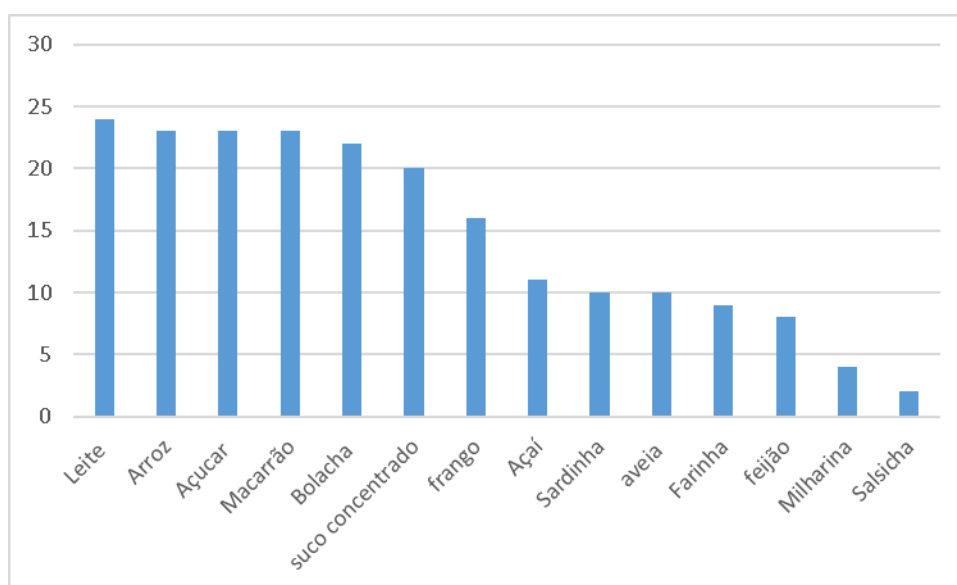
O PNAE é um programa do governo federal que estabelece transferência de recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar de acordo com a Lei nº 11.947, 16 de julho de 2009. É uma de suas diretrizes garante o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis. O Art. 12 ainda garante o respeito às referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

A resolução CD/FNDE nº 06/2020, no Art.18 assegura que o cardápio da alimentação escolar deverá suprir, no mínimo, 30%(trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e de localidades em áreas remanescentes de quilombos.

A lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), autorizou em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos ou a serem adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Nesse sentido, para dar continuidade no programa os gestores começaram a distribuir os alimentos através de kits de alimentação nas escolas. A figura 1 descreve os alimentos que compuseram os kits de alimentos segundo os entrevistados das famílias beneficiárias. Observa-se que o leite foi o mais citado (24), seguindo de arroz, açúcar e macarrão (23), bolacha (22), suco concentrado (20), frango (16), açaí (11), sardinha e aveia (10), farinha (9), feijão (8), milho (4) e salsicha (2). Os alimentos encontram-se em ordem decrescente e foram alinhados de acordo com as vezes que foram citados pelas famílias.

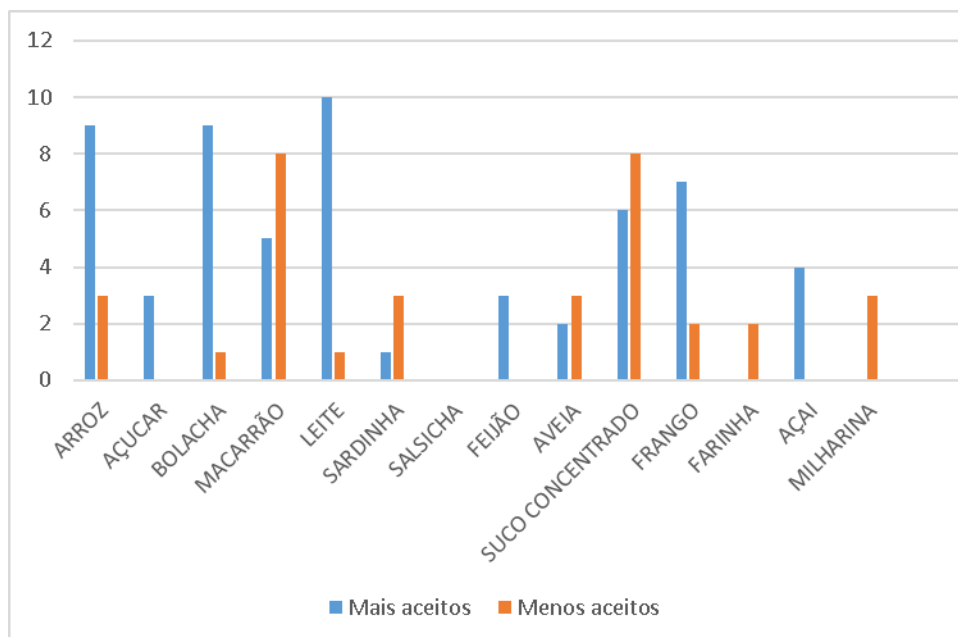
Figura 1. Alimentos citados pelas famílias quilombolas que receberam kits escolares – Moju/PA (2021)



Fonte: Pesquisa de campo

Na figura 2, é possível observar os alimentos que segundo as famílias foram os mais e os menos aceitos. Os alimentos mais aceitos foram o Leite (10), o arroz e a bolacha (9), e os menos aceitos foram o macarrão e o suco concentrado (8).

Figura 2. Alimentos mais e menos aceitos nas famílias quilombolas – Moju-PA, 2021.



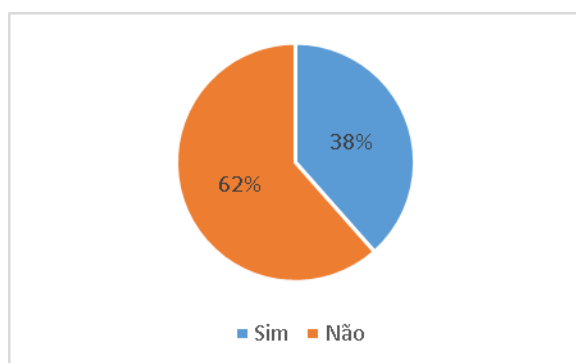
Fonte: Pesquisa de campo

Em relação a quantidade de vezes que cada família recebeu, 10 famílias receberam 2 vezes, 9 famílias receberam 3 vezes; 4 famílias receberam 1 vez, e 3 famílias receberam 4 ou mais vezes, no período de abril/2020 a dezembro/2021.

Acerca da composição alimentar dos kits em relação aos hábitos alimentares das famílias quilombolas, 62% das famílias Quilombolas afirmam que a composição dos kits não respeitou seus hábitos alimentares, e 38% afirmam que respeitou seus hábitos alimentares.

A alimentação é um aspecto relevante da identidade cultural e do etnoconhecimento, e por isso é de fundamental importância a preservação, o resgate e a valorização das particularidades culturais das diferentes etnias. (BRASIL, 2018). Para Ferreira et al (2018), “É por meio da terra que são originados os alimentos, mas também é nela que se desenvolvem costumes e hábitos que norteiam a identidade e identificação de um grupo social”

Figura 3. Respeito aos hábitos alimentares das famílias Quilombolas. Moju-PA, 2021.



Fonte: pesquisa de campo

De acordo com a resposta de cada entrevistado foi questionado o porque os kits de alimentos estavam ou não de acordo com os hábitos alimentares, sendo as respostas transcritas a seguir.

“ Na sua opinião, a composição alimentar dos Kits respeitou os hábitos alimentares das famílias quilombolas? ”

Entrevistado 1

“Não, porque essa alimentação é uma coisa que não costumamos comer, comemos mais açaí com charque ou feijão”

Entrevistado 2

“Sim, porque veio o açaí, o arroz, porque o açaí e arroz somos nós quilombolas que plantamos”

Entrevistado 3

“Não, não veio complemento, não veio nada da tradição quilombola”

Entrevistado 4

“Sim, porque veio tudo que a gente come, só não a farinha que parecia ter corante”

Entrevistado 5

“Sim, porque a gente se alimenta das coisas que vieram na cesta”

Entrevistado 6

“Não, por que eles poderiam colocar mais coisas da nossa cultura, como uma tapioca, ou até mesmo o café e óleo que geralmente não vem, senti falta também dos legumes”

Entrevistado 7

“Não, porque os alimentos não foram adequados, principalmente por causa do meu filho especial assim também como pelos outros, poderia vim alimentos mais naturais”

Entrevistado 8

“Não, porque não veio alimentos que supriram as necessidades, veio pouca coisa”

Entrevistado 9

“Não, porque a gestão pública não consegue fazer esse fornecimento e o acompanhamento”

Entrevistado 10

“Sim, porque veio arroz, feijão, coisas da nossa alimentação”

Entrevistado 11

Não, pela quantidade e qualidade dos produtos”

Entrevistado 12

“Sim, porque é algo que tá na nossa alimentação”

Entrevistado 13

“Não, porque deveria ter vindo açaí, farinha, coisas melhores, como o “pedaço” mesmo, nem feijão não vinha, faltou mais alimentos nessa cesta”

Entrevistado 14

“Não, porque deveriam vim coisas de mais qualidade, e deveriam acrescentar mais coisas como café e feijão”

Entrevistado 15

“Não, porque não costumamos comer enlatados, é mais peixe, caça, até mesmo o charque”

Entrevistado 16

“Sim, porque tudo que veio na cesta são alimentos apropriados para a nossa alimentação”

Entrevistado 17

Sim, respeitou porque alimento sendo mais natural é melhor pra saúde por que contém pouca química, como arroz e feijão”

Entrevistado 18

“Sim, porque a gente consumiu os alimentos todos foram bem-vindos”

Entrevistado 19

“Não, porque esses alimentos são fuleiros e tinham que ser melhor, vem pouco e da pior qualidade”

Entrevistado 20

“Não, porque tinha que vim coisas que estamos acostumamos comer, como frutas, banana”

Entrevistado 21

“Não, não atende as necessidades das comunidades quilombolas porque eu acho que tinha que ser diferenciado, poderia vim mais legumes e vegetais, mais leite e comida”

Entrevistado 22

“Sim, porque veio em uma boa hora, porque gostei do que veio no kit”

Entrevistado 23

“Sim, porque veio alimentos que a gente consome”

Entrevistado 24

“Não, porque não veio a complementação, como óleo, hortaliças, café, açúcar, verduras”

Entrevistado 25

“Não, faltou os vegetais que é necessário para a nossa saúde, e o kit de limpeza que poderia vim que é necessário”

Entrevistado 26

“Não, porque vem uma quantidade pequena que não supriu as necessidades e nem vem alimentos que consumimos no dia- a- dia”

Quanto ao perfil qualitativo dos alimentos ofertados nos kits, foi possível observar uma prevalência de alimentos in natura ou minimamente processados não havendo oferta de legumes, verduras e frutas, como mostra o quadro 2.

Em relação a qualidade dos alimentos distribuídos o Guia Alimentar para a população Brasileira reforça que os alimentos oferecidos devem ser preferencialmente alimentos in natura ou minimamente processados, respeitando as necessidades nutricionais os hábitos alimentares e a cultura alimentar, além da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BICALHO e LIMA, 2020)

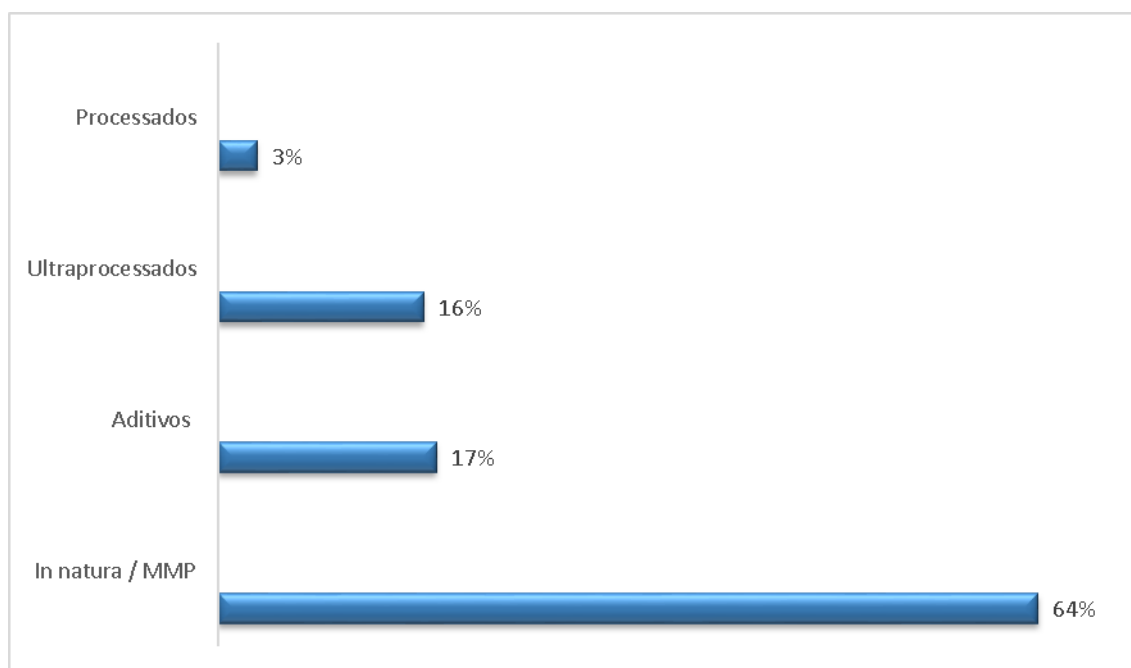
Quadro 2. Classificação dos alimentos segundo o Guia Alimentar para População Brasileira e quantidade em quilogramas (Kg) ofertados nos kits escolares distribuídos as famílias quilombolas, no período de abril/2020 a dezembro/2021. Moju-PA, 2021.

	Alimentos	Total (kg)
In natura ou minimamente Processados	Arroz 1k	30
	Farinha 500g	4
	Feijão 1k	10
	Frango 1k	16
	Macarrão 500g	14
	Leite 200g	6
	Açaí 1L	12
	Aveia 165g	1.650
	Milharina 500g	3
		TOTAL
Processados	Sardinha 300g	4800
	TOTAL	4,8
Ultraprocessados	Bolacha cream cracker 400g	10,8
	Suco Concentrado 600ml	12,6
	Salsicha 300g	0,6
	TOTAL	24
Aditivos	Açúcar 1k	26

TOTAL	26
--------------	-----------

Além disso, foi possível observar que o kit em partes respeita o que prioriza o Guia Alimentar para a População Brasileira, tendo sua composição Alimentos in natura ou minimamente processados (64%), aditivos (17%), Ultraprocessados (16%) e processados (3%), respectivamente.

Figura 4. Percentual de alimentos classificados de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira, distribuídos na forma de kits escolares distribuídos as famílias quilombolas, no período de abril/2020 a dezembro/2021



Fonte: Pesquisa de campo

MMP= Minimamente Processado

Importante, enfatizar que alimentos in natura ou minimamente processados são fundamentais no processo de desenvolvimento adequado e saudável, por sua qualidade nutricional. (TAGLIETTI e TEO, 2021). Pois, além de uma alimentação saudável e adequada, melhora o funcionamento do corpo humano, garantido assim um bom estado de saúde. (DUTRA et al.,2020)

Além de proporcionar uma alimentação saudável, a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar pode gerar emprego, renda e autonomia para as famílias dos agricultores, incentivar a diversificação da produção agrícola, aumentando a oferta de produtos no mercado. A agricultura familiar tem papel de destaque, não somente na produção de alimentos saudáveis sobretudo no fortalecimento e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional. (MONTEIRO e TABAI, 2021; (BRASIL, 2020)

Ademais, o art. 14 da Lei 11.947, determina que 30% dos recursos do PNAE devem ser direcionados para a aquisição da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Comprando da agricultura familiar, é possível obter os produtos frescos e saudáveis, respeitando os hábitos alimentares e a produção agrícola local. Contudo, é importante salientar que o planejamento deve ser baseado na estrutura dos produtos da família local, ponderando a sazonalidade e a quantidade produzida (BRASIL,2016).

Estimular a organização e partição das comunidades quilombolas é uma das formas de promover a alimentação saudável, valorizar e reconhecer a cultura alimentar local e fortalecer a sustentabilidade na própria comunidade (BRASIL, 2018).

Conclusão

No presente estudo constatou-se que as famílias quilombolas tem como aspectos sociodemográficos, o predomínio de pessoas do sexo masculino, com baixa escolaridade, e baixa renda mensal. Em relação aos kits alimentares distribuídos, foi possível concluir que houve predomínio de alimentos in natura e minimamente processados, mas foi possível identificar ausência de legumes frutas e verduras, o que demonstra que precisa de atenção em relação a aquisição de produtos advindos da agricultura familiar. Além disso, de acordo com os resultados os hábitos alimentares das famílias não foram respeitados.

Portanto, esses resultados poderão contribuir para a melhora do Programa nacional de alimentação escolar em relação as escolas localizadas em comunidades quilombolas.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário

1- Caracterização sociodemográfica

Nome do responsável:

_____ (____)

2- Quantos membros tem a família

N	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

1. Ensino fundamental

2. Ensino Médio

3. Ensino superior

4. Pós-graduação

5. Analfabeta

3. Qual a renda mensal da família? _____

4. A família é beneficiária de programa de transferência de renda?

() SIM. Qual? _____ () Não

5. Quantas vezes a família recebeu o kit de alimentação escolar no período de abril/2020 a dezembro/2021? _____

6. Quais os alimentos constavam nos kits?

Alimento	Quantidade

7- Quais alimentos foram mais aceitos na alimentação da família?

8- Quais os alimentos foram menos aceitos na alimentação da família?

9- Na sua opinião, a composição alimentar dos kits respeitou os hábitos alimentares das famílias quilombolas?

() Sim Não ()

Por quê? _____

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO: Panorama da Alimentação Escolar no Estado do Pará.**

Você está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **A alimentação escolar no contexto da pandemia de Covid-19 em uma comunidade quilombola**, que faz parte do projeto **Panorama da Alimentação Escolar no Estado do Pará**, sob responsabilidade da pesquisadora Andréa das Graças Ferreira Frazão, da Universidade Federal do Pará.

Objetivo da Pesquisa: Caracterizar a composição dos kits escolares distribuídos às famílias de alunos de uma escola quilombola .

Participação e forma de acompanhamento: responder às perguntas do questionário. A aceitação em participar do estudo é de sua livre e espontânea vontade, podendo interromper a entrevista ou qualquer procedimento a qualquer momento, não lhe causando nenhum problema com a instituição ou com a pesquisadora que está realizando o estudo.

Riscos: Os riscos serão mínimos para a integridade física e mental dos participantes.
Benefícios: As informações obtidas permitirão melhorar a efetividade da Política pública da alimentação escolar.

Privacidade: As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

_____.

Assinatura do voluntário ou de seu representante legal

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Dados do pesquisador

Nome: Andréa das Graças Ferreira Frazão

Endereço: Avenida Generalíssimo Deodoro, 01. Bairro Umarizal. Belém-PA

Telefones: (91) 3201-6875

Endereço eletrônico: agff@ufpa.br

REFERÊNCIAS

AFONSO, L.F.C.; CORREA, N.A.F.; SILVA, H.P. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: uma revisão da literatura indexada. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, v. 27, p. 1-13.

ALMEIDA, S. S. et al. Indicadores socioeconômicos, sociodemográficos, saúde e nutricionais da comunidade remanescente quilombola Mangueiras. In: RAMOS, E. M. L. S. et al. (Org.). *Métodos e ações nutricionais em quilombos*. Belém: UFPA, 2016. p. 80-110

AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H.. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, Ago. 2020.

ARAÚJO, R.L.M.S. et al. CONDIÇÕES DE VIDA, SAÚDE E MORBIDADE DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO BAIANO, BRASIL. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v. 43, n. 1, p. 226-246 jan./mar. 2019. DOI: 10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2988

BICALHO, D.; LIMA, T.M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 15, p. e52076, out. 2020. ISSN 2238-913X.

BRANDÃO, A.; JORGE, A. L. Comunidades quilombolas, acesso a programas sociais e segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 213-225.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Resolução nº 26 de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jun. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Orientações para a execução do PNAE Durante a situação de emergência decorrente da Pandemia do Coronavírus (covid-19). Brasília, DF: Fnde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. – 2 ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. 2ª edição Brasília, DF. 2015.

CORRÊA, N.A; SILVA, H.P. Da amazônia ao guia: os dilemas entre a alimentação quilombola e as recomendações do guia alimentar para a população Brasileira. Universidade Federal do Pará. Instituto de filosofia e Ciências Humanas. 1 Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.1, e190276, 2021 1

DE SOUSA, L.M. et al. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 987-992, 2013.

DUTRA, A.F.F.O. et al. A importância da alimentação saudável e estado nutricional adequado frente a pandemia de Covid-19. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 9, p. 66464-66473, sep. 2020.

FERREIRA, P. F.; PONTES, A. N.; PAULA, M. T. Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). *Natural Resources*, v.8, n.2, p.60-65, 2018.

FREITAS, I.A.; RODRIGUES, I.L.A.; SILVA, I.F.S.; NOGUEIRA, L.M.V. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. *Rev Cuid.* 2018; 9(2): 2187-200.

MONTEIRO, B.L ; TABAI, K.C. Políticas públicas intersetoriais de fortalecimento da agricultura familiar: segurança alimentar e nutricional na região do cariri, no município de juazeiro do norte- ceará. *FAZ CIÊNCIA*, VOL. 23, N. 38, JUL/DEZ DE 2021 – P. 78 - 95

PORTAL, R. D.; VIEIRA, I. C. G.; CANTO, O. PNAE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID – 19 NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PARÁ/AMAZÔNIA/BRASIL Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento .Belém. v.15 , nº1. p. 175-195. jan-jun 2021

RIBEIRO-SILVA, R.C et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 9, p. 3421-3430, set. 2020. FapUNIFESP

SOUZA, B.F.N.J. et al. (In)segurança alimentar no pré e pós pandemia. *InterAm J Med Health* 2021;4:e202101001

TAGLIETTI, R.L; TEO, C.R.P.A. recomendações alimentares e nutricionais para o programa nacional de alimentação escolar: uma análise da história recente. *Alimentação e nutrição em saúde coletiva*. DEMETRA.2021;16: e52101

TELES, A. F., Silva, L. C., SILVA, A. C., SOUZA, I. A., & SEIBERT, C. S. (2020). Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 5, e8671.